



“Queremos aumentar em 100 mil hectares a área plantada com milho”

Pela quinta vez eleito deputado estadual, se licenciou da Assembleia Legislativa para assumir, em fevereiro de 2015, a Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca. No Legislativo estadual, por quatro vezes foi presidente da Comissão de Agricultura, além de presidente da CPI do Leite e da CPE do Porco, e proponente e presidente das frentes parlamentares da Suinocultura e do Cooperativismo (Frencoop-SC). Sopelsa ainda implantou o Levantamento Agropecuário Catarinense (LAC) e contribuiu para a certificação internacional do Estado como área livre de febre aftosa sem vacinação pela Organização Mundial de Saúde Animal (OIE). Também foi prefeito de Concórdia, secretário municipal da Agricultura e presidente da Associação Catarinense de Criadores de Suínos (ACCS). Nesta entrevista exclusiva à reportagem da Coluna Pelo Estado, o secretário falou do esforço do Estado para resolver a questão do milho que e explicou as três frentes que a Secretaria vem trabalhando para minimizar o problema.

[PeloEstado] - A Secretaria está empenhada em resolver a questão do milho, buscando estabelecer políticas de Estado para isso. O que está sendo feito?

Moacir Sopelsa - Estamos trabalhando em três frentes. A primeira avança um pouco mais no dia 4 de abril, quando teremos um encontro com os técnicos da ALL (*América Latina Logística*) para viabilizar o transporte ferroviário de milho do Centro-Oeste para Santa Catarina. É a segunda reunião que fazemos com a companhia ferroviária. A primeira foi com os diretores e o governador Raimundo Colombo. Já estão levando milho de trem do Paraná para o Rio Grande do Sul. Pegando no Mato Grosso fica um pouquinho mais difícil. Mas as possibilidades de realizar isso são concretas. O milho virá do Centro do país e será descarregado em Lages. Dali as indústrias pegam em caminhões para suas fábricas de ração. É muito possível que esse sistema já esteja funcionando para a safra de milho do Mato Grosso. Calculamos que essa solução pode reduzir de 10% a 20% o valor do frete, que às vezes pesa 50% sobre o custo do milho. Hoje está na faixa dos 35%.

[PE] - E as outras frentes?

Sopelsa - O governo do Estado dá um subsídio de 8,4% para o ICMS do milho comprado fora de Santa Catarina. Esse percentual é ressarcido ao produtor na forma de crédito. Agora, a proposta mais importante e recente que está surgindo é a parceria com a Fecoagro (*Federação das Cooperativas Agropecuárias do Estado de Santa Catarina*), que hoje reúne 55 mil famílias de produtores

ligados a dez cooperativas agropecuárias singulares, e a Aurora (*Cooperativa Central Aurora Alimentos*), nesse primeiro momento, para incentivar o plantio do milho. O objetivo é aumentarmos em 100 mil hectares a área plantada com o grão milho no estado. Além disso, a Fecoagro vai distribuir um kit para as cooperativas, e dali para os associados, com vistas ao aumento da produtividade. Queremos alcançar 160 sacas colhidas por hectare, o que vai nos levar a um resultado aproximado de 960 mil toneladas a mais na produção catarinense de milho. Na safra 2014/2015, a área plantada foi de 415 mil hectares, com uma produção de 3,2 milhões de toneladas. O kit pode chegar a ter dez sacos de adubo e mais dez sacos de ureia, semente de ponta, no valor de R\$ 600,00 a saca, e por isso contribuirá para o aumento da produtividade. Esse pacote será financiado pelas cooperativas para que o produtor pague com a safra do milho. A Aurora vai ser o guarda-chuva no programa. Vai garantir o preço mínimo e a compra desse milho. O Estado está ajudando a montar e a divulgar o programa. E através da Epagri dará apoio na área técnica.

[PE] - Qual é a dimensão desse problema?

Sopelsa - Devemos produzir em Santa Catarina, na safra que está em andamento, 2,9 milhões de toneladas de milho. Mas o nosso consumo é próximo de 5 milhões de toneladas. Ou seja, dependemos muito do milho comprado fora do estado. Por isso a parceria para a solução tem que ser muito forte. O governo do Estado se propõe a instalar o local de

desembarque do milho em Lages, mas as indústrias têm que negociar esse transporte com a ALL. Se esta situação se prolongar, corremos o risco de inviabilizar algumas atividades. Hoje, com os preços do milho e do farelo de soja como estão, o produtor paga para produzir suínos e aves. Estão gastando reservas que foram acumuladas ao longo do tempo. É possível, sim, que tenhamos redução de produção. Mas acredito que essa dificuldade começará a se resolver a partir de maio, porque o preço do milho está fora da realidade.

[PE] - Como assim?

Sopelsa - O preço tem que se normalizar. O milho não pode custar R\$ 22,00 como esteve por muito tempo e o produtor pagou para produzir, e não pode estar a R\$ 45,00, 47,00 como está agora. Duas coisas levaram a essa situação. Primeiro que a área plantada com milho diminuiu. A soja ficou mais vantajosa, justamente porque o milho ficou por muito tempo com preço que não compensava. Ao final de dois ou três anos o produtor migrou do milho para a soja. Por isso a importância de incentivo ao plantio do milho. Hoje, se fecham negócios para entrega futura de soja e por um preço definido. O milho não tinha isso. Agora, com o programa de incentivo, esse tipo de negócio será possível e com preço garantido em R\$ 32,00 a saca. Se as previsões se confirmarem, a safrinha, que começa a ser colhida em maio e junho, tanto do Paraná e no Mato Grosso quanto no Paraguai, trará tranquilidade de abastecimento. Por outro lado, tem previsão de seca nos Estados Unidos, maior produtor mundial do grão. Depois

vem a China, que não vende para ninguém porque consome o que produz.

[PE] - O senhor falou em suínos e aves, mas o gado de leite também consome muito milho.

Sopelsa - O rebanho leiteiro catarinense consome milho na forma de silagem. Através da Epagri, queremos orientar melhor o produtor de leite, porque a silagem acaba não sendo eficiente na relação custo-benefício. E o milho em forma de ração é mais eficiente. Trinta por cento do milho consumido em Santa Catarina é em silagem para o leite, uma atividade que está crescendo muito no estado, que deve ser incentivada, mas com melhor orientação.

[PE] - Alguma agroindústria já ameaçou sair do estado pela dificuldade de receber os grãos?

Sopelsa - Não, não. Santa Catarina tem muitos fatores positivos. E o que há de negativo estamos tentando resolver. O programa de incentivo à lavoura de milho, por exemplo, por enquanto estamos com a Aurora, mas nada impede a adesão da BRF, da JBS, do Pamplona. Por enquanto estamos trabalhando com o sistema cooperativista por terem os integrados que produzem. Cooperativas não associadas à Fecoagro também poderão entrar. Isso poderá até elevar os 100 mil hectares da meta inicial. Voltando à sua pergunta, temos algumas condições mais favoráveis que nos demais estados. A principal é a questão sanitária de Santa Catarina. Hoje estamos abertos para vender para o mundo todo. Outra é que o Sul, e Santa Catarina especificamente, tem um agricultor que se dedi-

ca. O nosso produtor é diferente do produtor do Centro-Oeste, é mais dedicado à atividade. São características que temos que trabalhar para manter, investindo cada vez mais em sanidade e, por exemplo, analisando a possibilidade de conceder o crédito em ICMS para quem produz aqui dentro do estado e não só para quem compra lá fora.

[PE] - A Secretaria também cuida do setor da pesca. O que tem de novo nessa área?

Sopelsa - Também tem um programa de incentivo na área de pesca. Estamos financiando um kit de R\$ 3 mil para produtor de peixes de alagados, tanques e açudes. Podemos ampliar muito a produção desse tipo de pescado. E estamos trabalhando para a liberação de tanques redes em barragens, como a de Itá, por exemplo. Além de armazenar água, há essa possibilidade de geração de renda. E temos financiamentos de até R\$ 30 mil para cada produtor pelo Fundo de Desenvolvimento Rural (FDR), ainda com isenção de juros.

[PE] - A fruticultura também recebe bastante atenção da Secretaria, não é?

Sopelsa - É verdade. No ano passado, gastamos perto de R\$ 4 milhões pagando seguro para os produtores de maçã. A nossa ideia é investir esse dinheiro em cobertura dos pomares. O produtor acessa o recurso no banco, tem oito anos de prazo para pagar no Pronaf (*Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar*) e nós pagamos pelo menos uma parte dos juros. Queremos mudar o programa, mas isso tem que ser discutido com os produtores.